

NOVO GOVERNO

Após reunião com o ministro Victor Godoy, grupo temático de Educação manifesta preocupação de que a falta de sobra de caixa pode paralisar programas em breve

MEC sem verba para residentes e bolsas

» TAINÁ ANDRADE
» VINICIUS DORIA

Os membros do grupo temático de Educação do gabinete de transição definiram, ontem, após o primeiro encontro com o ministro da Educação, Victor Godoy, que acompanharão de perto a situação orçamentária do MEC. A preocupação é que a pasta não tem, hoje, nenhuma folga de recursos para ser utilizada pelo próximo governo. Dessa forma, há o temor de descontinuidade de políticas públicas nos primeiros 90 dias do próximo governo.

“(A pasta) está negociando com a área econômica, mas a gente precisa acompanhar de perto porque pode implicar em alguma dificuldade para o próximo governo”, explicou o coordenador do grupo, o ex-ministro da Educação José Henrique Paim.

O ministro Victor Godoy garantiu que os cortes no Orçamento determinados pelo ministro Paulo Guedes — que levaram ao bloqueio de R\$ 1,68 bilhão, sendo R\$ 244 milhões referentes apenas ao ensino superior — estão sendo resolvidos com o Ministério da Economia, com apoio da Casa Civil e do Congresso. Mas ele não deu ao grupo da transição nenhuma previsão de solução do problema.

Godoy associou o bloqueio de verba para pagamento de recursos e serviços das instituições federais ao repasse que o Ministério da Economia terá que fazer para cumprir a Lei Paulo Gustavo de incentivo à cultura — R\$ 3,8 bilhões para estados, municípios e Distrito Federal

José Cruz/Agência Senado



Segundo Paim, a gestão atual do ministério negocia mais recursos, mas não há garantia de que virão

— devido à determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Consequências

Uma das consequências do contingenciamento dos recursos para educação pode ser o não pagamento, já em dezembro, de 14 mil médicos residentes de hospitais federais e de 100 mil bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O problema das bolsas de estudo é tratado também pelo grupo temático de Ciência e Tecnologia, que identificou as necessidades de aportes para o ano que vem.

Segundo levantamento de entidades do setor, é preciso

aumentar em 30%, no Orçamento de 2023, os recursos destinados ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). E em 40% as verbas destinadas ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), responsável — juntamente com a Capes, que é ligada ao MEC — pelo pagamento das bolsas, que podem sofrer apagão por falta de dinheiro.

Dessa forma, o orçamento do MCTI sairia de R\$ 5,2 bilhões, em 2022, para R\$ 8,9 bilhões no ano que vem, incluindo o orçamento do CNPq, que precisaria de um reajuste ainda maior, de 40%, para manter o pagamento

aos bolsistas. No Orçamento de 2023, os recursos destinados às bolsas de estudo bancadas pelo conselho têm previsão de aumento de apenas 5,5% em relação ao Orçamento deste ano: passarão de R\$ 956,5 milhões para pouco mais de R\$ 1 bilhão.

No caso das bolsas da Capes, a situação é mais grave: a previsão orçamentária para 2023 é 18% menor do que os recursos destinados ao setor neste ano, com redução de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 2 bilhões. Paim disse que a recomposição orçamentária para a educação será solicitada à coordenação política do governo de transição que negocia a PEC do Bolsa Família.

Atenção aos estoques de combustível

Os coordenadores do grupo técnico de Minas e Energia do governo de transição se encontraram, ontem, com a diretoria da Petrobras, na sede da estatal, no Rio de Janeiro. Nessa primeira reunião — haverá outras ao longo da semana —, a empresa informou que está monitorando os estoques operacionais de combustíveis para o fim do ano.

“Teremos um inverno rigoroso e crise de preços na Europa. A Petrobras afirmou que está

monitorando e tomando providências em relação ao estoque nacional de combustíveis para esse período”, disse o senador Jean Paul Prates (PT-RN), cotado para assumir a presidência da estatal no futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para ele, a petroleira não pode ficar “só extraíndo petróleo do pré-sal e distribuindo dividendos”.

Outros pontos da pauta de ontem foram a política de preços de paridade internacional (PPI) e a

situação de refino, abastecimento e logística da empresa. Hoje, o grupo retoma as conversas para tratar da política de desinvestimento e o plano estratégico da companhia.

Na campanha, Lula defendeu mudanças nas políticas de preços e de investimentos, além de freio na venda de ativos da estatal. O presidente eleito costuma dizer, quando fala da Petrobras, que a empresa precisa adaptar o valor dos combustíveis ao mercado interno.

Participaram da reunião, além de Prates, o coordenador do grupo técnico de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, e os membros Rodrigo Leão, Deyvid Bacelar e Magda Chambríard. Pela Petrobras, o diretor de Comercialização e Logística, Claudio Mastella; o gerente executivo de Comercialização no Mercado Interno, Sandro Barreto; o tributarista Marcio Luz; e a advogada-geral da Petrobras, Taísa Maciel. (VD)

Justiça barra compra de blindado pelo Exército

» LUANA PATRIOLINO

O desembargador federal Wilson Alves de Souza, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), suspendeu a compra de 98 carros blindados Centauro II pelo Exército. A decisão é liminar e foi tomada em uma ação popular que questionou o valor da aquisição. O negócio seria concluído ontem, a menos de um mês do fim da gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O Exército tem, atualmente, 2 mil blindados e o Centauro II é fabricado pelo consórcio italiano Iveco-Oto Melara. O valor da aquisição, segundo os militares, seria de R\$ 3,3 bilhões. A ação apresentada ao desembargador, no entanto, destaca que o gasto pode chegar a R\$ 5 bilhões. A iniciativa contra a compra pelo Exército também questiona o investimento nos veículos militares, tendo em vista os cortes de R\$ 5,7 bilhões no Orçamento da União que impactaram, sobretudo, o caixa do Ministério da Educação — levando à suspensão do pagamento de bolsas de estudos e à paralisação de serviços básicos nas universidades.

Divulgação



Segundo a decisão do desembargador, não faz sentido obter o Centauro II quando não há verba para educação

98

carros de assalto Centauro II, de fabricação italiana, seriam adquiridos pelo Exército. A compra poderia levar ao desembolso de R\$ 5 bilhões

Conforme argumentou na decisão, o magistrado salientou que não há emergência para a aquisição dos blindados. “Ao que consta a todos, a única guerra que se está a enfrentar nesse momento é a travada contra a covid-19, que permanece e recrudescer no atual momento — e isso também é fato público e notório, a exigir mais investimentos em lugar de cortes, exatamente na área da

saúde”, salientou.

Além disso, o desembargador criticou o negócio realizado pelo Exército: “Evidente a falta de razoabilidade, desvio de finalidade, ilegalidade e até mesmo de elementar bom senso, pois outra classificação não há quando ao mesmo tempo em que se faz cortes de verbas da educação e da saúde por falta de dinheiro”, destacou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Ministro civil é chave para “desmilitarizar” o governo

A criação do Ministério da Defesa como uma pasta civil nunca foi bem aceita pelos militares, em cuja concepção seria algo equivalente ao antigo Ministério da Guerra ou ao Estado-Maior das Forças Armadas durante o regime militar. Teria a função de coordenar a atuação conjunta das forças, sob comando de um general de quatro estrelas, e não subordinar Exército, Marinha e Aeronáutica a um poder civil. Reestruturar o Ministério da Defesa é uma questão chave para o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva “desmilitarizar” o governo.

Derrotados na eleição de Tancredo Neves, em 1985, os militares operaram uma retirada em ordem do poder, que havia sido iniciada com a “anistia recíproca”, de 1979. Foi uma estratégia política bem-sucedida, apesar dos percalços, e concluída durante o governo do presidente José Sarney. Eleito presidente, porém, Fernando Henrique Cardoso resolveu erradicar a influência militar da política nacional e criou o Ministério da Defesa, com objetivo de otimizar o sistema de defesa nacional, formalizar uma política de defesa sustentável e integrar as três Forças, racionalizando as suas diversas atividades.

Em 1 de janeiro de 1999, já no seu segundo mandato, o senador Elcio Álvares (PFL-ES) foi nomeado ministro extraordinário da Defesa. O ex-governador do Espírito Santo foi o responsável pela efetiva implantação do órgão, como espelho da experiência norte-americana e europeia. Em seis meses, a pasta foi criada, mas seu ministro deixou o cargo por causa de uma secretária que fazia tráfico de influência e foi substituído pelo então advogado-geral da União Geraldo Quintão.

Os dois mandatos de FHC são um trauma para as Forças Armadas, porque nunca se sentiram tão desprestigiadas. Os militares também perderam privilégios na reforma administrativa e da Previdência, e tiveram salários achatados com o ajuste fiscal do Plano Real. Seus equipamentos, muitos dos quais remanescentes da Segunda Guerra Mundial, foram ainda mais sucateados.

Durante o governo Lula, diante do vácuo doutrinário decorrente da Guerra das Malvinas, quando os Estados Unidos apoiaram a Inglaterra contra Argentina, e o fim da Guerra Fria, com a auto-dissolução da antiga União Soviética e a queda dos regimes comunistas do Leste europeu, tentou-se elaborar uma nova doutrina, que viria a se traduzir na Política Nacional de Defesa, durante a gestão do ministro da Defesa Nelson Jobim. A ideia era ambiciosa: fomentar a formação de um complexo industrial-militar, para dar às Forças Armadas um papel internacional compatível com os planos de projeção do Brasil na política mundial.

O submarino nuclear, o novo cargueiro KC-390, o satélite de comunicação e vigilância, o desenvolvimento de novos blindados e de lançadores de foguetes estavam nesse pacote. A relação com a presidente Dilma Rousseff com as Forças Armadas, porém, foi um desastre. Ela não disfarçava o justo ressentimento em as torturas que sofreu na prisão durante o regime militar. Além disso, seu ministro da Defesa, o ex-governador e senador Jaques Wagner (BA), empoderou uma secretária-executiva que se comportava como se fosse um marechal.

LULA PRECISA DE UMA REFORMA DA DEFESA QUE CONSOLIDE A PASTA COMO INSTRUMENTO DE PODER CIVIL

Transparência

A volta do Ministério da Defesa ao pleno controle dos militares, porém, viria ocorrer durante o governo Michel Temer, após o impeachment de Dilma. Enfraquecido devido às denúncias do procurador-geral da República Rodrigo Janot, com base numa delação premiada do empresário Joesley Batista — que gravou uma conversa com o presidente da República —, temendo o impeachment Temer nomeou para o ministério da Defesa o general Joaquim Silva e Luna, que mais tarde viria ser presidente da Petrobras no governo Bolsonaro, com quem rompeu por causa da política de preços dos combustíveis e deixou o cargo. O troco veio durante o impeachment: o então comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, recomendava aos políticos: “resolvam isso aí”.

Na Presidência, Bolsonaro transformou o Ministério da Defesa num instrumento do seu projeto político iliberal, primeiro com o ministro Walter Braga Netto, que viria ser seu vice, depois com o atual ministro, Paulo Sérgio Nogueira. Antes, porém, teve que defenestrar o general Fernando Azevedo, que havia nomeado inicialmente para o cargo, e no embalo o então comandante do Exército Edson Pujol, ambos contrários à politização dos quartéis.

Lula evitou um confronto com os atuais comandantes militares ao indicar para o Ministério da Defesa um político tradicional, de origem conservadora: José Múcio Monteiro. Entretanto, precisa promover uma reforma da Defesa que atenda aos objetivos de consolidar a pasta como um instrumento de poder civil e, ao mesmo tempo, modernizar as Forças Armadas, dando lhes mais eficiência e transparência. A primeira providência será proibir atividades políticas dentro de organizações militares, o uso de posições oficiais, adoção ou rejeição de posicionamentos políticos, os comentários depreciativos acerca de lideranças políticas por militares da ativa e o exercício por militares da ativa de funções públicas não ligadas ao setor de defesa.

É preciso evitar tanto o uso político das Forças Armadas como a partidarização política em organizações militares, mantendo-as leais ao sistema político vigente no país. São medidas que aprimoram as instituições democráticas e a profissionalização dos militares. Uma quarentena de 12 meses para que fardados transferidos para a reserva remunerada ocupem cargos públicos na administração civil seria suficiente.